

Resolução

Conselho Nacional da CGTP-IN

24 de Setembro de 2025

Derrotar o pacote laboral!

Mais salário e direitos

Defender e reforçar os serviços públicos e as funções sociais do Estado

A **Jornada Nacional de Luta Contra o Pacote Laboral**, realizada no passado dia **20 de Setembro** foi um **enorme êxito**, com a participação de dezenas de milhares de trabalhadores nas manifestações no Porto e em Lisboa, onde se integram as acções realizadas no dia anterior na Madeira e nos Açores. Vindos de todos os sectores e distritos, muitos exercendo o seu direito de greve, os trabalhadores **rejeitaram o pacote laboral e exigiram a sua retirada, bem como a revogação das normas gravosas que já hoje existem na lei do trabalho. Reivindicaram, ainda, mais salário e direitos e um outro rumo para o país.**

Esta Jornada foi um primeiro passo num **processo de luta exigente, urgente e prolongado**. Cresce a oposição ao pacote laboral, multiplicam-se as tomadas de posição de estruturas sindicais, de comissões de trabalhadores, de largos milhares de trabalhadores em reuniões e plenários, e **esta onda de rejeição vai crescer muito mais.**

É preciso dar resposta a esta **agressão aos trabalhadores**, levada a cabo pelo governo PSD/CDS, com o apoio do CH e da IL, que faz parte de uma **política de assalto aos direitos fundamentais e de afronta à Constituição da República Portuguesa**, que atinge quem trabalha e trabalhou, os serviços públicos e as funções sociais do Estado. Seja no que diz respeito aos **direitos sindicais laborais, à saúde, à educação, à protecção social, à habitação ou ao sector empresarial do Estado**, a estratégia em curso procura fragilizar o trabalho e os trabalhadores e abrir novas áreas de negócio ao capital para aumentar a exploração e fazer crescer ainda mais os lucros.

O **pacote laboral**, se fosse posto em prática, representaria um **enorme retrocesso nos direitos dos trabalhadores**. Não só não resolve os problemas que já hoje existem na legislação laboral, com normas que agredem os trabalhadores e os seus direitos e que precisam de ser revogadas, como agravam a situação. É uma **resposta integral às pretensões do capital** que os patrões aplaudem.

O ataque concertado a um conjunto alargado de direitos contém propostas que visam a perpetuação e o agravamento dos **baixos salários**, intensificam a **desregulação dos horários**, multiplicam os motivos e alargam os prazos para os **vínculos precários**, facilitam ainda mais os **despedimentos** e limitam a defesa e a reintegração dos trabalhadores, procurando impor o **despedimento sem justa causa**. Ataca, ainda, os direitos de **maternidade e paternidade**, facilita a **caducidade**, põe em causa o **princípio do tratamento mais favorável** em mais matérias, promove a destruição da **contratação colectiva**, ataca a **liberdade sindical** e o **direito de greve**, impondo limitações que ferem de forma profunda estes direitos fundamentais. São propostas que vão no sentido inverso ao necessário e exigido, para os trabalhadores e para o país.

Mais salários e direitos | Por uma vida melhor para quem trabalha | Outro rumo é possível

É possível uma vida melhor. A resposta às reivindicações dos trabalhadores é essencial para abrir caminho para um país com futuro e de progresso, nomeadamente:

O **aumento dos salários** para todos os trabalhadores **em, pelo menos, 15%, num valor não inferior a 150€**; a valorização das carreiras e profissões; a fixação do **Salário Mínimo Nacional** nos **1050€ a 1 de Janeiro de 2026**; a **reposição do direito de contratação colectiva**, com a **revogação da caducidade** e a **reintrodução plena do princípio do tratamento mais favorável** ao trabalhador; a **revogação das normas gravosas da legislação laboral**; a redução do horário para as **35 horas** de trabalho semanal para todos, sem perda de retribuição e o **fim da desregulação dos horários**; o **combate à precariedade** nos sectores privado e público; o **aumento significativo das pensões de reforma**; o reforço do **investimento nos serviços públicos e nas funções sociais do Estado**, nomeadamente no SNS, Escola Pública, Segurança Social, Justiça; a **garantia do direito constitucional à habitação**.

Continuar a luta para enfrentar, rejeitar e derrotar o pacote laboral!

O Conselho Nacional da CGTP-IN considera imperativo que o governo **recue neste ataque generalizado aos direitos, que retire o pacote laboral** e que se **revoguem as normas gravosas da legislação laboral**.

O Conselho Nacional da CGTP-IN apela ao **desenvolvimento da luta reivindicativa e à mobilização dos trabalhadores**, para **derrotar o pacote laboral**, por **mais salário e direitos, contra o aumento do custo de vida, em defesa dos serviços públicos e das funções sociais do Estado**. Apela, também, a **todas as estruturas sindicais e organizações de trabalhadores que tomem posição, se envolvam e convirjam** na luta pela rejeição e retirada do pacote laboral.

Assim, o Conselho Nacional decide:

Uma **ACÇÃO GERAL NAS EMPRESAS E NAS RUAS CONTRA O PACOTE LABORAL**, que terá início no Encontro Nacional de Dirigentes e Activistas Sindicais, no dia 1 de Outubro, em Lisboa. Esta acção implicará a intensificação da acção reivindicativa, articulando as reivindicações de cada sector e empresa com a luta contra o pacote laboral, através de **plenários, paralisações, greves** e outras acções nos locais de trabalho. Nas **ruas**, a luta ganhará visibilidade com a realização de **actos de protesto à porta das empresas, concentrações, tribunas e manifestações**.

Nesta acção geral, será **dinamizada uma campanha nacional de recolha de assinaturas**, dos trabalhadores e das populações, num **ABAIXO-ASSINADO dirigido ao primeiro-ministro**, rejeitando o pacote laboral e exigindo a sua retirada, a revogação das normas gravosas da lei do trabalho e o aumento de salários e direitos.

Neste crescendo de luta reivindicativa e da mobilização dos trabalhadores, realizar a **MARCHA NACIONAL CONTRA O PACOTE LABORAL - Todos a Lisboa!**, dia **8 de Novembro**, fazendo desaguar nas ruas de Lisboa o protesto, a indignação, a rejeição do pacote laboral, a exigência de uma vida melhor, em suma, a força da luta dos trabalhadores e do povo.

Todas estas acções, com o envolvimento crescente dos trabalhadores, com a dinamização da unidade e da convergência de todos em torno das reivindicações comuns, a partir dos locais de trabalho, farão crescer uma ampla frente de luta, que dará o devido combate aos ataques em curso e que se desenvolverá com todas as formas de luta que a situação imponha, incluindo a realização de uma Greve Geral, a levar a cabo num futuro próximo.

Lisboa, 24 de Setembro de 2025

O Conselho Nacional da CGTP-IN